



Prefeitura Municipal de Carvalho

LEI MUNICIPAL DE Nº 1.425 DE 29 DE MAIO DE 2025.

DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL, CRIA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, NOS TERMOS DO ART. 31 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ART. 59 DA LEI COMPLEMENTAR Nº101/2000.

A Câmara Municipal de Carvalho, por seus representantes aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º. Esta lei estabelece normas gerais sobre a fiscalização do Município, organizada sob a forma de Sistema de Controle Interno Municipal, especialmente nos termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 e tomará por base a escrituração e demonstrações contábeis, os relatórios de execução e acompanhamento de projetos e de atividades e outros procedimentos e instrumentos estabelecidos pela legislação em vigor ou órgãos de controle interno e externo.

Artigo 2º. Para os fins desta lei, considera-se:

1. a) Controle Interno: conjunto de recursos, métodos e processos adotados pela própria gerência do setor público, com a finalidade de comprovar fatos, impedir erros, fraudes e a ineficiência;
2. b) Sistema de Controle Interno: conjunto de unidades técnicas, articuladas a partir de uma unidade central de coordenação, orientadas para o desempenho das atribuições de controle interno.
3. c) Auditoria: minucioso exame total, parcial ou pontual dos atos administrativos e fatos contábeis, com a finalidade de identificar se as operações foram realizadas de maneira apropriada e registradas de acordo com as orientações e normas legais e se dará de acordo com as normas e procedimentos de Auditoria.

CAPÍTULO II DA FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL E SUA ABRANGÊNCIA

Artigo 3º. A fiscalização do Município será exercida pelo sistema de controle interno, com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, objetivará à avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

Artigo 4º. Todos os órgãos e os agentes públicos dos Poderes Executivo (Administração Direta e Indireta) e Legislativo integram o Sistema de Controle Interno Municipal.

CAPÍTULO III DA CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO E SUA FINALIDADE

Artigo 5º. Fica criada a UNIDADE DE CONTROLE INTERNO do Município – UCI, integrando a Unidade Orçamentária do Gabinete do Prefeito Municipal, em nível de assessoramento, com objetivo de executar as atividades de controle municipal, alicerçado na realização de auditorias, com a finalidade de:



Prefeitura Municipal de Carvalho

- I – verificar a regularidade da programação orçamentária e financeira, avaliando o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e do orçamento do município, no mínimo uma vez por ano;
- II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência, economicidade e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração direta e indireta municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;
- IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- V – examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente;
- VI – examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;
- VII – exercer o controle sobre a execução da receita bem como as operações de crédito, emissão de títulos e verificação dos depósitos de cauções e fianças;
- VIII – exercer o controle sobre os créditos adicionais bem como a conta “restos a pagar” e “despesas de exercícios anteriores”;
- IX – acompanhar a contabilização dos recursos provenientes de celebração de convênios e examinando as despesas correspondentes, na forma do inciso V deste artigo.
- X- supervisionar as medidas adotadas pelos Poderes Executivo e Legislativo para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei nº 101/2000, caso haja necessidade;
- XI – realizar o controle dos limites e das condições para a inscrição de Restos a Pagar, processados ou não;
- XII – realizar o controle da destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, de acordo com as restrições impostas pela Lei Complementar nº 101/2000;
- XIII – controlar o alcance do atingimento das metas fiscais dos resultados primário e nominal;
- XIV – acompanhar o atingimento dos índices fixados para a educação e a saúde, estabelecidos pelas Emendas Constitucionais nº s 14/1998 e 29/2000, respectivamente;
- XV – acompanhar, para fins de posterior registro no Tribunal de Contas dos Municípios, os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta municipal, incluídas as fundações instituídas ou mantidas pelo poder público municipal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão e designações para função gratificada;



Prefeitura Municipal de Carvalho

XVI – realizar outras atividades de manutenção e aperfeiçoamento do sistema de controle interno, inclusive quando da edição de leis, regulamentos e orientações.

CAPÍTULO IV DA COORDENAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Artigo 6º. A UNIDADE DE CONTROLE INTERNO – UCI do Município de Carvalho, MG, será chefiada por um COORDENADOR e se manifestará através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar e sanar as possíveis irregularidades.

§ 1º. O Controlador deverá ser nomeado em cargo de livre contratação e exoneração pelo chefe do Executivo e de dedicação exclusiva.

§ 2º. Além do Coordenador/Controlador, poderá ser criada comissão para suporte a UCI, a critério do Chefe do Poder Executivo, que será composta por dois secretários.

Artigo 7º. Como forma de ampliar e integrar a fiscalização do Sistema de Controle Interno fica criada as unidades seccionais da UCI, que são serviços de controle sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central do Sistema, com, no mínimo, um representante em cada Setor, Departamento ou Unidade Orçamentária Municipal.

Artigo 8º. No desempenho de suas atribuições constitucionais e as previstas nesta Lei, o Coordenador da Unidade de Controle Interno poderá emitir instruções normativas, de observância obrigatória no Município, com a finalidade de estabelecer a padronização sobre a forma de controle interno e esclarecer as dúvidas existentes.

Artigo 9º. O Controle Interno instituído pelo Poder Legislativo e pelas entidades da administração indireta, com a indicação do respectivo responsável no órgão e na entidade, para o controle de seus recursos orçamentários e financeiros, é considerado como unidade seccional da UCI.

Artigo 10º. Para assegurar a eficácia do controle interno, a UCI efetuará ainda a fiscalização dos atos e contratos da Administração de que resultem receita ou despesa, mediante técnicas estabelecidas pelas normas e procedimentos de auditoria, especialmente aquelas estabelecidas na Resolução CFC 780 de 24 de março de 1995.

Parágrafo Único – Para o perfeito cumprimento do disposto neste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município deverão encaminhar à UCI imediatamente após a conclusão/publicação os seguintes atos, no que couber:

I – a Lei e anexos relativos: ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias, à Lei Orçamentária Anual e à documentação referente à abertura de todos os créditos adicionais;

II – o organograma municipal atualizado;

III – os editais de licitação ou contratos, inclusive administrativos, os convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres;



Prefeitura Municipal de Carvalho

IV – os nomes de todos os responsáveis pelos setores da Prefeitura, conforme organograma aprovado pelo Chefe do Executivo;

V – os concursos realizados e as admissões realizadas a qualquer título;

VI – os nomes dos responsáveis pelos setores e departamentos de cada entidade municipal, quer da Administração Direta ou Indireta

VII – o plano de ação administrativa de cada Departamento ou Unidade Orçamentária.

CAPÍTULO V DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES E RESPONSABILIDADES

Artigo. 11º. Verificada a ilegalidade de ato(s) ou contrato(s), a UCI de imediato dará ciência ao Chefe do Executivo ou ao Presidente da Câmara, conforme onde a ilegalidade for constatada e comunicará também ao responsável, a fim de que o mesmo adote as providências e esclarecimentos necessários ao exato cumprimento da lei, fazendo indicação expressa dos dispositivos a serem observados.

§ 1º. Não havendo a regularização relativa a irregularidades ou ilegalidades, ou não sendo os esclarecimentos apresentados como suficientes para elidi-las, o fato será documentado e levado ao conhecimento do Prefeito Municipal ou Presidente da Câmara e arquivado, ficando à disposição do Tribunal de Contas do Estado do Estado do Minas Gerais.

§ 2º. Em caso da não-tomada de providências pelo Prefeito Municipal ou Presidente da Câmara para a regularização da situação apontada em 60 (sessenta) dias, a UCI comunicará em 15 (quinze) dias o fato ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, nos termos de disciplinamento próprio editado pela Corte de Contas, sob pena de responsabilização solidária.

CAPÍTULO VI DO APOIO AO CONTROLE EXTERNO

Artigo. 12º. No apoio ao Controle Externo, a UCI deverá exercer dentre outras, as seguintes atividades:

I – organizar e executar, por iniciativa própria ou por solicitação do Tribunal de Contas, a programação trimestral de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, mantendo a documentação e relatório organizados; especialmente para verificação do Controle Externo;

II – realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatórios, recomendações e parecer.

Artigo 13º. Os responsáveis pelo controle interno ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência, de imediato, à UCI e ao Prefeito Municipal para adoção das medidas legais cabíveis, sob pena de responsabilidade solidária.

§1º. Na comunicação ao Chefe do Poder Executivo, o Coordenador indicará as providências que poderão ser adotadas para:



Prefeitura Municipal de Carvalho

I – corrigir a ilegalidade ou irregularidade apurada;

II – ressarcir o eventual dano causado ao erário;

III – evitar ocorrências semelhantes.

§2º. Verificada pelo Chefe do Executivo, através de inspeção, auditoria, irregularidade ou ilegalidade que não tenham sido dado ciência tempestivamente e provada a omissão, o Coordenador, na qualidade de responsável solidário, ficará sujeito às sanções previstas em Lei.

CAPÍTULO VII DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Artigo 14º. O Coordenador deverá encaminhar a cada 03 (três) meses relatório geral de atividades ao Exmo. Sr. Prefeito e ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores.

CAPÍTULO VIII

DO RECRUTAMENTO, INSTITUIÇÃO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA E LOTAÇÃO DE SERVIDORES NA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Artigo. 15º. A Coordenação da Unidade de Controle Interno será exercida pelo Gestor Coordenador, com cargo e remuneração específicas, nomeado em cargo de livre nomeação e exoneração através de Portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo.

§1º. A designação de ocupante ao cargo que trata este artigo caberá unicamente ao Chefe do Poder Executivo, conforme especificações do cargo também apontadas em anexo, nesta lei.

§2º. Os servidores estáveis e ou comissionados, que forem nomeados para exercerem funções de apoio ao Coordenador na UCI, em Comissão de apoio especialmente criada e nomeados por ato do Poder Executivo farão jus à gratificação de 20% (vinte pontos percentuais) sobre seus respectivos proventos, exigindo-se que disponham de capacidade ao exercício do cargo, até que lei complementar federal disponha sobre as regras gerais de escolha, levando em consideração os recursos humanos do Município mediante a seguinte ordem de preferência:

I – nível superior;

II – detentor de maior tempo de trabalho na Unidade de Controle Interno;

III – desenvolvimento de projetos e estudos técnicos de reconhecida utilidade para o Município;

IV – maior tempo de experiência na administração pública.

§3º. Não poderão ser designados para compor a UCI os servidores que:

I – sejam contratados por excepcional interesse público;

II – estiverem em estágio probatório;



Prefeitura Municipal de Carvalho

- III – tiverem sofrido penalização administrativa, civil ou penal transitada em julgado;
- IV – realizem atividade político-partidária atuando como diligente ou secretário de partidos políticos;
- V – exerçam, concomitantemente com a atividade pública, qualquer outra atividade profissional.

CAPÍTULO IX DAS GARANTIAS DOS INTEGRANTES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Artigo 16º. Constitui-se em garantias do ocupante da Função de Coordenador da Unidade de Controle Interno e dos servidores que integrarem a Unidade:

- I – independência profissional para o desempenho das atividades na administração direta e indireta;
- II – o acesso a quaisquer documentos, informações e banco de dados indispensáveis e necessários ao exercício das funções de controle interno;
- III – a impossibilidade de destituição da função no último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo até 30 dias após a data da entrega da prestação de contas do exercício do último ano do mandato ao Poder Legislativo.

§1º. O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação da Unidade Central de Controle Interno no desempenho de suas funções institucionais, ficará sujeito à pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

§2º. Quando a documentação ou informação prevista no inciso II deste artigo envolver assuntos de caráter sigiloso, a UCI deverá dispensar tratamento especial de acordo com o estabelecido pelo Chefe do Poder Executivo ou Presidente do Legislativo.

§3º. O servidor lotado na UCI deverá guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

Artigo 17º. Além do Prefeito e do Secretário da Fazenda, o Coordenador da UCI assinará conjuntamente com o Responsável pela Contabilidade o Relatório de Gestão Fiscal, de acordo com o art. 54 da Lei 101/2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal.

Artigo 18º. O Coordenador da UCI fica autorizado a regulamentar as ações e atividades da UCI, através de instruções ou orientações normativas que disciplinem a forma de sua atuação e demais orientações.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 19. Os dados oficiais do Município estarão disponíveis no site do Município na rede Mundial de Computadores, conforme estabelece a Lei de nº12.527/2011 que regulamenta o acesso as informações, e, na eventualidade de inexistência da informação objetivada, qualquer cidadão poderá ser informado



Prefeitura Municipal de Carvalhos

sobre os dados oficiais do Município relativos à execução dos orçamentos, desde que o faça de forma escrita em requerimento direcionado à Administração.

Art. 20. Os servidores da Unidade de Controle Interno deverão ser incentivados a receberem treinamentos específicos e participarão, obrigatoriamente:

I – de qualquer processo de expansão da informatização municipal, com vistas a proceder à otimização dos serviços prestados pelos subsistemas de controle interno;

II – do projeto à implantação do gerenciamento pela gestão da qualidade total municipal;

III- de cursos relacionados à sua área de atuação, no mínimo, 4 (quatro) vezes por ano até o final de 20XX.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, REVOGANDO a Lei Municipal de número 1.100, de 31 de março de 2006.

Carvalhos, 29 de maio de 2025.


Valmir Siqueira da Silva
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Carvalho

JUSTIFICATIVA

Sr. Presidente e Nobres Vereadores:

A criação de um sistema de controle interno municipal é um passo fundamental para a boa gestão pública e a transparência na administração dos recursos.

Apesar do Município de Carvalho ter a Lei anterior, Lei 1.100, de 31 de março de 2006, encontra-se defasada e necessitando de atualização, o que se pretende com o projeto ora enviado. A seguir, apresento um parecer sobre os principais aspectos a serem considerados na elaboração de uma lei para esse fim:

1. Fundamentação Legal:

- **Constituição Federal:** Os artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal estabelecem a obrigatoriedade do controle interno nos municípios, definindo suas funções e responsabilidades.
- **Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal):** O artigo 59 da LRF trata do controle interno, exigindo que os municípios mantenham sistemas de controle interno que avaliem o cumprimento das metas fiscais, a legalidade e a economicidade dos gastos públicos.
- **Legislação Estadual e Municipal:** É importante verificar se existem leis estaduais ou municipais que complementam a legislação federal sobre o tema.

2. Objetivos do Controle Interno:

A lei de criação do controle interno municipal deve definir claramente os objetivos do sistema, que geralmente incluem:

- Avaliar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LRF.
- Verificar a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos e contratos administrativos.
- Prevenir e combater a corrupção e o desvio de recursos públicos.
- Garantir a transparência na gestão pública e o acesso à informação.
- Aprimorar a eficiência e a eficácia dos serviços públicos.

3. Estrutura e Funcionamento:

- A lei deve definir a estrutura do sistema de controle interno, incluindo a criação de uma unidade ou órgão responsável pela sua execução.
- É importante definir as competências e atribuições dos responsáveis pelo controle interno, bem como as relações hierárquicas com os demais órgãos da administração municipal.
- A lei deve estabelecer os procedimentos e rotinas de controle interno, incluindo a elaboração de relatórios, pareceres e auditorias.
- É fundamental garantir a independência e a autonomia do controle interno em relação aos demais órgãos da administração municipal.



Prefeitura Municipal de Carvalho

4. Recursos Humanos e Materiais:

- A lei deve prever a alocação de recursos humanos e materiais adequados para o funcionamento do sistema de controle interno.
- É importante garantir a qualificação e o treinamento dos servidores responsáveis pelo controle interno.

5. Transparência e Acesso à Informação:

- A lei deve garantir a transparência das atividades do controle interno, incluindo a divulgação de relatórios e pareceres.
- É importante assegurar o acesso à informação por parte dos cidadãos e dos órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas.

6. Considerações Adicionais:

- A lei deve ser elaborada de forma clara e objetiva, evitando ambiguidades e interpretações divergentes.
- É importante que a lei seja elaborada com a participação de diversos setores da administração municipal, bem como da sociedade civil.
- A implementação do sistema de controle interno deve ser acompanhada de um plano de capacitação dos servidores e de divulgação para a sociedade.

Em resumo, a lei de criação do controle interno municipal deve ser um instrumento eficaz para garantir a boa gestão pública, a transparência e a responsabilidade na administração dos recursos públicos.

Neste diapasão, remete-se à apreciação desta E. Casa Legislativa o projeto de Lei em epígrafe, essencial à correta gestão administrativa, esperando que o aprovem, por ser medida necessárias.

Carvalho, 17 de março de 2025.

Valmir Siqueira da Silva
Prefeito Municipal